

Comunicação pública na sociedade em rede: desigualdade informacional, plataformas digitais e empoderamento feminino em contextos periféricos

RESUMO

**Vanuza Aparecida Santos
Wistuba**
vanuza.jornalista@gmail.com
Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Curitiba, Paraná, Brasil.

Este artigo analisa as relações entre comunicação pública, democracia e empoderamento informacional a partir de um estudo com mulheres em situação de vulnerabilidade social no bairro Guaraituba, em Colombo (PR). Considera-se que, na comunicação digital plataformizada, a comunicação pública extrapola instituições e se constitui também nas práticas mediadas por redes sociais e algoritmos. A pesquisa quanti-qualitativa combinou questionários com 100 mulheres e roda de conversa com 16 participantes. Os resultados indicam acesso ampliado à internet, porém marcado por precariedade técnica, restrições econômicas e desigualdades de letramento informacional. As plataformas são centrais para informação, aprendizagem e sociabilidade, mas ampliam riscos de desinformação. Conclui-se que fortalecer a democracia requer inclusão digital, letramento crítico e justiça informacional.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação pública. Democracia. Plataformas digitais. Empoderamento informacional. Desigualdade informacional.

INTRODUÇÃO

A comunicação pública ocupa papel central nas democracias contemporâneas ao possibilitar a circulação de informações de interesse coletivo, a transparência institucional e a ampliação das possibilidades de participação social. Entretanto, as transformações decorrentes da digitalização e da plataformização da comunicação reconfiguram profundamente esse campo, deslocando parte significativa das interações comunicacionais para ambientes digitais mediados por plataformas privadas, algoritmos e redes sociais. Assim, a comunicação pública deixa de se restringir às instituições formais e passa a envolver também práticas cotidianas de acesso, circulação e compartilhamento da informação.

Dessa forma, as plataformas digitais tornam-se centrais na mediação da informação e da participação social, produzindo, simultaneamente, possibilidades de ampliação comunicacional e novas formas de desigualdade informacional.

Assim, torna-se necessário compreender a inclusão digital para além da simples disponibilidade de conexão à internet, considerando as capacidades efetivas de uso, interpretação e apropriação crítica da informação. As desigualdades informacionais manifestam-se não apenas na ausência de acesso, mas também nas condições materiais de conectividade, nos níveis de letramento digital e informacional e na dependência de plataformas que organizam a circulação da informação segundo lógicas algorítmicas e comerciais.

Partindo dessa perspectiva, este estudo analisa as relações entre comunicação pública, plataformas digitais, desigualdade informacional e empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social no bairro Guaraituba, em Colombo (PR). A pesquisa busca compreender como essas mulheres utilizam as tecnologias digitais no cotidiano, de que maneira constroem práticas de acesso e compartilhamento da informação e quais são os limites e potencialidades dessas experiências para a participação social e democrática.

Do ponto de vista da metodologia, a pesquisa adota abordagem quanti-qualitativa, articulando a aplicação de questionários estruturados com a realização de roda de conversa, de modo a integrar análise estrutural e interpretação das experiências vividas pelas participantes. Ao investigar as dinâmicas informacionais em contextos periféricos, o estudo procura contribuir para o debate sobre comunicação pública na sociedade em rede, evidenciando que a democratização da informação depende não apenas da ampliação do acesso tecnológico, mas da construção de condições efetivas de participação, reconhecimento e justiça informacional.

Isso porque, discutir comunicação pública na sociedade em rede implica compreender como as desigualdades digitais e informacionais condicionam as possibilidades concretas de participação democrática em contextos socialmente vulneráveis.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA NA SOCIEDADE EM REDE

A comunicação pública constitui um elemento estruturante das democracias contemporâneas, na medida que possibilita a circulação de informações de interesse coletivo, a transparência institucional e a participação cidadã. Contudo, reduzir a comunicação pública a uma dimensão instrumental ou administrativa significa desconsiderar seu caráter profundamente político, simbólico e relacional. Trata-se de um campo em disputa, no qual se definem quais vozes são legitimadas, quais agendas ganham visibilidade e quais sujeitos são reconhecidos como participantes do espaço público.

Essa discussão dialoga também com a noção habermasiana de esfera pública, entendida como espaço de debate e formação da opinião pública, embora, na contemporaneidade digital, esse espaço passe a ser profundamente mediado por plataformas privadas e sistemas algorítmicos.

Desse modo, a comunicação pública não apenas reflete a democracia, mas atua diretamente em sua construção, fortalecimento ou fragilização. Sua efetividade depende não apenas da existência de canais institucionais, mas das condições concretas de acesso, compreensão e uso da informação por parte dos cidadãos.

As transformações tecnológicas das últimas décadas reconfiguram profundamente esse cenário. O deslocamento da comunicação dos meios tradicionais para ambientes digitais mediados por plataformas altera não apenas os canais, mas as próprias estruturas de poder que organizam a circulação da informação. A lógica centralizada dos meios de massa cede espaço a um ecossistema distribuído, porém fortemente mediado por infraestruturas privadas.

A compreensão da sociedade em rede torna-se fundamental para analisar essas transformações. Como argumenta Manuel Castells:

A estrutura social dominante da Era da Informação é a rede. Uma rede é um conjunto de nós interconectados. Redes são estruturas abertas, capazes de expandir-se de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Essa lógica em rede transforma profundamente os processos sociais, reorganizando as relações de poder, produção e experiência. (CASTELLS, 2013, p. 566)

A reorganização em rede amplia possibilidades de participação e expressão, mas não elimina desigualdades; ao contrário, frequentemente as reconfigura. A descentralização aparente convive com novas formas de centralização, agora operadas por plataformas digitais que controlam fluxos informacionais por meio de algoritmos e infraestruturas proprietárias.

A comunicação pública precisa ser compreendida como um campo ampliado, que extrapola a comunicação governamental e incorpora práticas cotidianas, informais e distribuídas. Essa ampliação é relevante quando se consideram grupos historicamente marginalizados, cuja participação ocorre

por meio de estratégias híbridas, situadas e frequentemente invisibilizadas pelas análises tradicionais.

Os dados desta pesquisa evidenciam que, para as mulheres participantes, a comunicação pública se materializa no cotidiano, especialmente por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais. Esses ambientes funcionam como espaços de aprendizagem, resolução de problemas, troca de informações e construção de redes de apoio, configurando formas concretas de participação social e informacional.

Entretanto, essas formas de participação são condicionadas por limitações estruturais. A dependência de dispositivos móveis, o acesso restrito à internet e as dificuldades de navegação impactam diretamente a qualidade da participação informacional. Como destaca Gomes (2011), a democracia depende não apenas da circulação de informação, mas da sua qualidade e da capacidade dos cidadãos de acessá-la, compreendê-la e utilizá-la criticamente.

Compreender a comunicação pública na sociedade em rede exige considerar simultaneamente suas potencialidades e seus limites, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais e informacionais. Por isso, essa reconfiguração da esfera pública digital exige analisar não apenas os fluxos de informação, mas também as estruturas tecnológicas e econômicas que condicionam sua circulação.

COMUNICAÇÃO DIGITAL E PLATAFORMAS: MEDIAÇÃO, PODER E ASSIMETRIAS

As plataformas digitais assumem papel central na organização da comunicação contemporânea, configurando-se como infraestruturas sociotécnicas que não apenas intermediam, mas estruturam as interações sociais, os fluxos informacionais e as formas de visibilidade pública. Diferentemente dos meios tradicionais, essas plataformas operam a partir de modelos de negócio baseados na coleta, processamento e monetização de dados, o que redefine profundamente a lógica comunicacional e desloca os critérios de relevância informativa.

A visibilidade da informação deixa de ser determinada por processos editoriais ou critérios institucionais e passa a ser orientada por métricas de engajamento, como curtidas, compartilhamentos e tempo de permanência. Esse deslocamento tem implicações diretas para a comunicação pública, uma vez que conteúdos de interesse coletivo nem sempre são aqueles que alcançam maior circulação. Ao contrário, informações simplificadas, emocionais ou sensacionalistas tendem a ser privilegiadas pelos sistemas de recomendação.

A análise desse fenômeno pode ser aprofundada a partir da contribuição de Shoshana Zuboff, que caracteriza esse modelo como capitalismo de vigilância:

O capitalismo de vigilância reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais de extração, previsão e modificação de comportamento. Esses processos são

frequentemente ocultos, operando por meio da coleta massiva de dados e da construção de modelos preditivos que visam antecipar e influenciar ações humanas em larga escala. (ZUBOFF, 2019, p. 8)

Essa lógica implica uma transformação estrutural na comunicação pública, deslocando o foco do interesse público para o interesse econômico das plataformas. A informação passa a ser organizada de acordo com sua capacidade de gerar engajamento, e não necessariamente de promover conhecimento, deliberação ou participação cidadã qualificada. Como consequência, a esfera pública torna-se progressivamente dependente de infraestruturas privadas, cujas regras de funcionamento são opacas e orientadas por interesses comerciais.

Silveira (2020) contribui para essa discussão ao destacar o papel dos algoritmos na mediação da informação:

Os sistemas algorítmicos contemporâneos operam por meio da modulação das ações dos usuários, organizando a visibilidade das informações e influenciando comportamentos sem necessidade de coerção direta. Ao selecionar, priorizar e hierarquizar conteúdos, esses sistemas participam ativamente da construção da realidade social percebida pelos indivíduos. (SILVEIRA, 2020, p. 57)

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que as plataformas digitais não são neutras, mas atuam como agentes ativos na produção de sentidos, influenciando percepções, opiniões e decisões. Essa mediação algorítmica é particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, nos quais o acesso à informação ocorre de forma mais concentrada em poucos ambientes digitais.

No âmbito empírico desta pesquisa, observa-se que as plataformas digitais constituem o principal meio de acesso à informação para as mulheres participantes. Aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais são utilizados não apenas para comunicação interpessoal, mas também para aprendizagem, busca de informações práticas, acesso a serviços e construção de redes de apoio. Essa centralidade evidencia um processo de plataformização do cotidiano, no qual diferentes dimensões da vida social passam a ser mediadas por essas infraestruturas.

Entretanto, essa mediação não ocorre de forma homogênea. As condições de acesso, especialmente o uso predominante de smartphones e a dependência de dados móveis limitam a navegação e favorecem a permanência em ambientes digitais mais restritos. Como resultado, as participantes tendem a acessar informações dentro de circuitos relativamente fechados, quase sempre mediados por algoritmos e redes de contato próximas.

Além disso, a plataformização da comunicação intensifica desigualdades, na medida que diferentes grupos sociais possuem distintas capacidades de navegação, interpretação e uso das tecnologias. Isso significa que o mesmo ambiente digital pode produzir experiências profundamente desiguais, ampliando assimetrias já existentes no acesso à informação e na participação pública.

Dessa forma, compreender a comunicação digital na contemporaneidade exige reconhecer o papel estruturante das plataformas digitais, tanto em sua capacidade de ampliar o acesso à informação quanto em seus efeitos limitadores. A análise dessas dinâmicas evidencia que a comunicação pública, ao ser mediada por plataformas, passa a depender de lógicas que nem sempre estão alinhadas ao interesse público, o que coloca desafios significativos para a democracia e para a construção de uma esfera pública mais inclusiva e plural.

Nesse cenário, as desigualdades de acesso e apropriação das tecnologias tornam-se elementos centrais para compreender os limites contemporâneos da participação informacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adota uma abordagem quanti-qualitativa, articulando diferentes estratégias metodológicas com o objetivo de compreender, de forma abrangente e aprofundada, as práticas informacionais de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A escolha por essa abordagem decorre do reconhecimento de que fenômenos complexos, como o empoderamento informacional e a mediação digital da comunicação, não podem ser plenamente apreendidos por meio de uma única perspectiva metodológica, exigindo a combinação de análise estrutural e interpretação contextual.

A pesquisa foi realizada no bairro Guaraituba, localizado no município de Colombo (PR), território marcado por condições de vulnerabilidade social, limitações de infraestrutura urbana e desigualdades no acesso a serviços públicos e digitais. A escolha do campo empírico não é apenas geográfica, mas analítica, na medida que permite observar como as dinâmicas da comunicação pública e do uso de tecnologias digitais se manifestam em contextos periféricos, nos quais as condições materiais influenciam diretamente as práticas informacionais.

Na primeira etapa da pesquisa, de natureza quantitativa, foi aplicado um questionário estruturado a 100 mulheres residentes na região investigada. O instrumento contemplou variáveis relacionadas ao perfil socioeconômico, condições de acesso à internet, dispositivos utilizados, frequência de uso, tipos de plataformas digitais acessadas e práticas de busca, compartilhamento e avaliação da informação. Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva, permitindo identificar padrões recorrentes e tendências gerais no comportamento informacional das participantes.

Essa etapa quantitativa possibilitou mapear as condições objetivas de inclusão digital, evidenciando aspectos como a predominância do uso de smartphones, a dependência de planos de dados móveis e a centralidade de aplicativos de mensagens e redes sociais no acesso à informação. Esses elementos são fundamentais para compreender as limitações e potencialidades das práticas informacionais observadas, especialmente no que se refere à mediação por plataformas digitais.

A segunda etapa, de caráter qualitativo, consistiu na realização de uma roda de conversa com 16 participantes, selecionadas a partir do grupo inicial,

considerando critérios de diversidade de perfil e disponibilidade. A utilização dessa técnica metodológica se justifica por sua capacidade de promover um espaço coletivo de produção de sentido, no qual as participantes podem compartilhar experiências, percepções e estratégias relacionadas ao uso da informação no cotidiano, permitindo acessar dimensões subjetivas e relacionais que não emergem com a mesma profundidade em instrumentos estruturados.

A análise dos dados qualitativos foi orientada por uma perspectiva interpretativa, fundamentada na abordagem de Savolainen, que compreende a informação como parte integrante da vida cotidiana:

A busca de informação deve ser entendida como parte integrante da maneira como as pessoas vivem suas vidas, estando diretamente relacionada às suas rotinas, necessidades práticas e contextos sociais. Não se trata de uma atividade isolada, mas de um processo contínuo, inserido nas estratégias que os indivíduos utilizam para lidar com problemas e tomar decisões no cotidiano. (SAVOLAINEN, 1995, p. 266)

A partir dessa perspectiva, as práticas informacionais foram analisadas como fenômenos sociais situados, construídos nas interações e atravessados por relações de poder, condições materiais e dinâmicas culturais. Essa abordagem permitiu compreender que o uso da informação pelas participantes não se limita a comportamentos individuais, mas se insere em redes de sociabilidade, confiança e compartilhamento, fortemente mediadas por tecnologias digitais.

No que diz respeito aos aspectos éticos, o estudo foi conduzido em conformidade com os princípios que regem a pesquisa com seres humanos, assegurando o anonimato das participantes, a confidencialidade das informações coletadas e o consentimento livre e esclarecido. As participantes foram previamente informadas sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados e seus direitos, incluindo a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Por fim, destaca-se que a articulação entre as abordagens quantitativa e qualitativa possibilitou uma compreensão mais ampla e consistente do fenômeno investigado, permitindo integrar padrões estruturais de acesso à informação com experiências vividas no cotidiano. Essa estratégia metodológica mostrou-se particularmente adequada para analisar as relações entre comunicação pública, plataformas digitais e empoderamento informacional, uma vez que permite captar tanto as condições objetivas quanto as dimensões subjetivas que estruturam essas práticas.

Dessa forma, a metodologia adotada não apenas orienta a coleta e análise dos dados, mas constitui parte integrante da própria interpretação dos resultados, contribuindo para a construção de uma análise situada, crítica e sensível às desigualdades sociais que atravessam o uso das tecnologias digitais. Ao articular diferentes níveis de análise, o estudo busca oferecer subsídios para a compreensão das dinâmicas contemporâneas da comunicação pública em

contextos de vulnerabilidade, reforçando a importância de abordagens metodológicas integradas para o avanço do campo.

A análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos permitiu compreender tanto as dimensões estruturais quanto as experiências cotidianas que atravessam o uso das tecnologias digitais pelas participantes.

INCLUSÃO DIGITAL E DESIGUALDADE INFORMACIONAL

Os dados da pesquisa indicam acesso praticamente universal à internet entre as participantes, o que, em uma análise superficial, poderia sugerir um cenário consolidado de inclusão digital. No entanto, essa aparente universalização do acesso esconde profundas desigualdades nas condições concretas de uso das tecnologias, revelando que a conectividade, por si só, não garante participação informacional qualificada nem inserção efetiva na esfera pública digital.

A predominância do smartphone como principal e, em muitos casos, único dispositivo de acesso configura um dos principais limites dessa inclusão. Associada à dependência de planos de dados móveis, essa condição restringe o tempo de conexão, dificulta o acesso a conteúdos mais densos e limita a navegação em múltiplas fontes. Como consequência, as práticas informacionais tendem a se concentrar em plataformas específicas, especialmente aplicativos de mensagens e redes sociais, reforçando circuitos informacionais relativamente fechados.

Assim, torna-se fundamental problematizar a própria noção de inclusão digital, superando a compreensão restrita baseada exclusivamente no acesso físico às tecnologias. A contribuição de Mark Warschauer é central para essa discussão:

A inclusão digital envolve não apenas o acesso às tecnologias, mas a capacidade de utilizá-las de maneira significativa em contextos sociais específicos. Isso inclui habilidades, letramentos, conteúdos relevantes e suporte social, sendo profundamente influenciada pelas desigualdades econômicas e culturais existentes. O acesso, por si só, não garante participação efetiva na sociedade da informação. (WARSCHAUER, 2006, p. 7)

À luz dessa perspectiva, a inclusão observada entre as participantes pode ser caracterizada como funcional, mas insuficiente para promover autonomia informacional. As mulheres acessam a internet cotidianamente, utilizam diferentes aplicativos e demonstram familiaridade com o ambiente digital, mas enfrentam dificuldades relacionadas à avaliação crítica das informações, à diversificação de fontes e à navegação em ambientes mais complexos.

Essa condição evidencia a existência de uma desigualdade informacional que não se limita ao acesso, mas envolve capacidades diferenciadas de uso, interpretação e apropriação da informação. Em outras palavras, trata-se de uma desigualdade qualitativa, que se manifesta na forma como os sujeitos

interagem com o ambiente informacional e nas possibilidades concretas de transformar informação em conhecimento e ação.

Os dados qualitativos reforçam essa análise ao revelar que muitas participantes dependem de conteúdos prontos, de fácil assimilação e frequentemente mediados por redes sociais ou grupos de mensagens. Essa dinâmica limita o aprofundamento informacional e reduz o contato com perspectivas diversas, contribuindo para a formação de repertórios restritos e, em alguns casos, vulneráveis à desinformação.

Além disso, as condições materiais de acesso influenciam diretamente o comportamento informacional. A necessidade de economizar dados móveis, por exemplo, impacta decisões sobre quais conteúdos acessar, quanto tempo permanecer online e quais plataformas utilizar. Essas restrições evidenciam que o acesso à internet, quando condicionado por limitações econômicas, produz formas específicas de uso, marcadas por seletividade, fragmentação e dependência de circuitos informacionais restritos.

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre inclusão digital e comunicação pública. Em um contexto em que o acesso à informação e a participação social ocorrem cada vez mais por meio de plataformas digitais, as desigualdades no uso dessas tecnologias têm implicações diretas para a democracia. A exclusão não se dá mais apenas pela ausência de acesso, mas pela limitação das condições de participação crítica, o que compromete a efetividade da comunicação pública enquanto espaço de construção coletiva de sentido.

Dessa forma, a inclusão digital deve ser compreendida como um processo multidimensional, que envolve não apenas infraestrutura tecnológica, mas também formação, letramento informacional e condições sociais que permitam o uso significativo das tecnologias. Sem esses elementos, a ampliação do acesso tende a reproduzir desigualdades existentes, limitando o potencial emancipatório das tecnologias digitais e restringindo a capacidade dos sujeitos de exercer plenamente sua cidadania informacional.

Por fim, os resultados da pesquisa evidenciam que a superação dessas desigualdades exige a articulação entre políticas públicas, iniciativas educacionais e estratégias de comunicação pública orientadas pela justiça informacional. Isso implica reconhecer que o direito à informação não se resume à disponibilidade de conteúdos, mas depende das condições concretas de acesso, compreensão, interpretação e uso crítico por parte dos sujeitos.

Dessa forma, a análise da inclusão digital no contexto investigado revela que, embora as tecnologias digitais estejam amplamente presentes no cotidiano das participantes, seu potencial para promover empoderamento informacional e participação democrática permanece condicionado por desigualdades estruturais. A democratização da comunicação, nesse cenário, não pode ser pensada apenas em termos de conectividade, mas deve envolver a construção de condições efetivas para que diferentes grupos sociais possam participar, produzir sentido e intervir no espaço público de maneira crítica e autônoma.

Essas limitações evidenciam que as desigualdades digitais ultrapassam a dimensão técnica do acesso e se relacionam diretamente às possibilidades de participação social e democrática, conduzindo ao debate sobre justiça informacional.

JUSTIÇA INFORMACIONAL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A discussão sobre inclusão digital e desigualdade informacional conduz, necessariamente, ao debate acerca da justiça informacional. Em contextos marcados pela centralidade das tecnologias digitais na circulação da informação e na participação social, as desigualdades relacionadas ao acesso, ao uso e à apropriação da informação passam a constituir também formas de desigualdade democrática.

A noção de justiça informacional parte do entendimento de que o acesso à informação não deve ser compreendido apenas como disponibilidade técnica de conteúdos ou conectividade, mas como condição efetiva de participação social e cidadã. Dessa forma, a informação deixa de ser percebida exclusivamente como recurso técnico e passa a ser considerada elemento fundamental para o exercício de direitos, para a participação pública e para a construção da autonomia dos sujeitos.

Essa perspectiva aproxima-se da discussão proposta por Nancy Fraser acerca da justiça social e da participação democrática. Segundo a autora:

A justiça exige arranjos sociais que permitam a todos os membros da sociedade participar como pares na vida social. Isso implica não apenas redistribuição de recursos econômicos, mas também reconhecimento cultural e condições institucionais que viabilizem a participação efetiva. (FRASER, 2008, p. 21)

A contribuição de Fraser permite compreender que as desigualdades informacionais observadas em contextos periféricos não podem ser reduzidas a problemas individuais ou meramente tecnológicos. Elas expressam desigualdades estruturais mais amplas, relacionadas às condições econômicas, educacionais e culturais que atravessam a experiência dos sujeitos na sociedade em rede.

No contexto desta pesquisa, observa-se que as participantes possuem acesso relativamente amplo às tecnologias digitais, mas enfrentam limitações importantes relacionadas à qualidade da conectividade, à dependência de dispositivos móveis e às dificuldades de navegação crítica no ambiente digital. Essas limitações impactam diretamente as possibilidades de participação informacional e de inserção qualificada na esfera pública contemporânea.

Além disso, a mediação algorítmica das plataformas digitais produz novas formas de assimetria informacional, uma vez que diferentes grupos sociais possuem capacidades desiguais de compreender, interpretar e questionar os fluxos de informação que circulam nesses ambientes. A própria visibilidade da informação passa a ser condicionada por critérios técnicos e econômicos que nem sempre favorecem o interesse público ou a pluralidade informacional.

Nesse cenário, a justiça informacional pode ser compreendida como condição necessária para o fortalecimento da comunicação pública democrática. Isso implica reconhecer que a democratização da comunicação depende não apenas da ampliação do acesso à internet, mas também da criação de condições efetivas para que diferentes grupos sociais possam acessar, compreender, produzir e compartilhar informações de maneira crítica e autônoma.

Pensar a comunicação pública a partir da perspectiva da justiça informacional significa reconhecer que as desigualdades digitais são também desigualdades de participação, visibilidade e reconhecimento. A superação dessas assimetrias exige políticas públicas integradas, capazes de articular inclusão digital, formação crítica, ampliação das capacidades informacionais e fortalecimento da comunicação pública democrática. Isso implica reconhecer que a justiça informacional não se limita à garantia de acesso técnico às tecnologias, mas envolve a construção de condições efetivas para participação social, autonomia crítica e reconhecimento dos sujeitos no ambiente digital contemporâneo.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

As práticas informacionais observadas neste estudo estão profundamente enraizadas no cotidiano das participantes, sendo orientadas por necessidades concretas e imediatas, como acesso a serviços, resolução de problemas familiares, busca por oportunidades e cuidado com a saúde. Essas práticas não seguem necessariamente uma lógica formal ou sistematizada, mas se configuram como processos dinâmicos, situados e fortemente influenciados pelas relações sociais.

Assim, a informação não é apenas consumida, mas construída, interpretada e ressignificada nas interações cotidianas. A abordagem de Spink contribui significativamente para essa compreensão:

O sentido da informação não está dado previamente, mas é produzido nas práticas discursivas do cotidiano, nas interações sociais e nos contextos culturais em que os sujeitos estão inseridos. A informação é resultado de processos de construção social, atravessados por experiências, relações de poder e formas de sociabilidade. (SPINK, 2006, p. 41)

A circulação da informação ocorre predominantemente por meio de redes de confiança, compostas por familiares, amigos, vizinhos e grupos comunitários. Aplicativos de mensagens instantâneas e redes sociais desempenham papel central nesse processo, funcionando como espaços de troca, validação e compartilhamento de conteúdos. A credibilidade da informação, nesse contexto, está frequentemente associada à confiança no emissor, e não necessariamente à verificação da fonte.

Essa dinâmica evidencia que os processos informacionais não são orientados exclusivamente por critérios técnicos ou racionais, mas também por vínculos afetivos, experiências compartilhadas e relações de proximidade

social. Em contextos de vulnerabilidade, a confiança interpessoal frequentemente assume maior relevância do que a autoridade institucional, influenciando diretamente os modos de circulação, validação e apropriação da informação.

Trata-se de uma comunicação pública difusa e relacional, na qual a circulação da informação ocorre por meio de interações cotidianas, vínculos de confiança e práticas coletivas de compartilhamento, extrapolando os limites das instituições formais e evidenciando novas formas de participação social mediadas pelas tecnologias digitais.

No entanto, essa mesma lógica pode contribuir para a circulação acrítica de informações, especialmente em contextos de baixo letramento informacional. A ausência de critérios sistemáticos de verificação, aliada à confiança nas redes próximas, pode ampliar a vulnerabilidade à desinformação.

Dessa forma, as práticas informacionais observadas evidenciam tanto o potencial quanto os limites da comunicação mediada por tecnologias digitais, revelando a necessidade de políticas que promovam o letramento informacional e fortaleçam a capacidade crítica dos sujeitos.

As práticas observadas demonstram que a comunicação pública, em contextos periféricos, é construída de maneira relacional, coletiva e situada.

DESINFORMAÇÃO, PLATAFORMAS E DEMOCRACIA

A desinformação configura-se como um dos principais desafios da comunicação pública na contemporaneidade, intensificada pelas dinâmicas das plataformas digitais e pela mediação algorítmica. Em um ambiente informacional marcado pela abundância de conteúdos e pela velocidade de circulação, a veracidade da informação torna-se um elemento cada vez mais difícil de ser avaliado.

A lógica algorítmica favorece conteúdos que geram engajamento, independentemente de sua veracidade, criando um ambiente propício à disseminação de informações falsas ou distorcidas. Essa dinâmica altera profundamente a forma como a informação circula e ganha visibilidade.

Como aponta Silveira (2020):

Os sistemas algorítmicos contemporâneos operam por meio da modulação das ações dos usuários, organizando a visibilidade das informações e influenciando comportamentos sem necessidade de coerção direta. (SILVEIRA, 2020, p. 57)

Os dados empíricos evidenciam que as participantes frequentemente se deparam com dificuldades na verificação da informação, especialmente quando esta circula em redes de confiança compostas por familiares, amigos e grupos comunitários. Nesses contextos, a credibilidade tende a ser atribuída ao emissor da mensagem, e não necessariamente à origem ou à confiabilidade da fonte informacional.

Além disso, a formação de bolhas informacionais reduz o contato com perspectivas divergentes, limitando o debate público e reforçando visões já existentes. Esse fenômeno impacta diretamente a qualidade da democracia.

A combinação entre limitações no letramento informacional, mediação algorítmica e redes de confiança cria um cenário particularmente vulnerável à desinformação.

Dessa forma, o enfrentamento da desinformação exige ações estruturais que articulem educação midiática, letramento informacional, regulação das plataformas digitais e fortalecimento da comunicação pública democrática. Em contextos marcados por desigualdades sociais e informacionais, a capacidade crítica dos sujeitos torna-se elemento central para a construção de uma esfera pública mais plural, participativa e menos vulnerável à manipulação informacional.

A desinformação, portanto, não pode ser analisada apenas como problema tecnológico, mas como fenômeno associado às desigualdades de participação e letramento informacional.

EMPODERAMENTO INFORMACIONAL E PARTICIPAÇÃO

Apesar das limitações estruturais identificadas ao longo da pesquisa, os dados evidenciam que as mulheres participantes desenvolvem estratégias significativas de apropriação, uso e compartilhamento da informação, configurando processos de empoderamento informacional. Esses processos não são homogêneos nem lineares, mas se constroem a partir das experiências cotidianas e das possibilidades concretas de acesso às tecnologias.

O empoderamento observado apresenta uma forte dimensão coletiva, sendo sustentado por redes de apoio e práticas de aprendizagem compartilhada. Nesse sentido, a perspectiva de Freire é fundamental:

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Esse processo implica reconhecer o caráter coletivo da aprendizagem, no qual os sujeitos constroem conhecimento a partir de suas experiências, em diálogo com os outros e com a realidade em que estão inseridos. (FREIRE, 1987, p. 79)

As participantes utilizam as tecnologias digitais para aprender, resolver problemas cotidianos, apoiar outras pessoas e compartilhar informações relevantes. Essas práticas evidenciam formas concretas de empoderamento, ainda que situadas e condicionadas por limitações estruturais.

Além disso, o empoderamento informacional observado está diretamente relacionado à capacidade de transformar informação em ação. As mulheres demonstram utilizar os conhecimentos adquiridos para tomar decisões, acessar serviços e orientar outras pessoas, ampliando seu protagonismo social.

No entanto, esse empoderamento ocorre em meio a tensões e desigualdades, sendo constantemente atravessado por limitações de acesso,

letramento e condições materiais. Isso evidencia que o empoderamento não é um estado alcançado, mas um processo em construção.

Dessa forma, o fortalecimento do empoderamento informacional depende de políticas públicas que integrem acesso, formação e inclusão digital crítica, promovendo condições efetivas de participação social e democrática.

O empoderamento informacional observado revela que a apropriação crítica das tecnologias pode ampliar formas de autonomia e participação, mesmo em contextos marcados por limitações estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação pública, na contemporaneidade, encontra-se profundamente atravessada pelas transformações decorrentes da digitalização e da plataformização da comunicação, sendo influenciada tanto pelas dinâmicas tecnológicas quanto pelas desigualdades sociais que estruturam o acesso, a circulação e o uso da informação. Nesse cenário, as plataformas digitais assumem papel central na mediação das relações comunicacionais, redefinindo os modos de produção, distribuição e consumo da informação, bem como as próprias possibilidades de participação democrática.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a comunicação pública não pode mais ser compreendida exclusivamente a partir de uma perspectiva institucional ou governamental. As experiências das mulheres participantes demonstram que a circulação da informação ocorre, de maneira significativa, em ambientes digitais cotidianos, especialmente por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, nos quais práticas de aprendizagem, compartilhamento e construção de redes de apoio se articulam às dinâmicas da vida cotidiana. Dessa forma, a comunicação pública assume uma dimensão ampliada, atravessada por relações sociais, experiências situadas e processos informacionais mediados por plataformas.

Os resultados da pesquisa indicam que o acesso à internet, embora amplamente disseminado entre as participantes, não garante, por si só, condições efetivas de participação na esfera pública. Ao contrário, as condições precárias de acesso, associadas à dependência de dispositivos móveis, às limitações no letramento informacional e à forte mediação algorítmica, contribuem para a reprodução de desigualdades informacionais, restringindo a autonomia dos sujeitos e suas possibilidades de atuação crítica.

Nesse sentido, a análise desenvolvida ao longo do estudo reforça a necessidade de compreender a inclusão digital para além da dimensão do acesso físico às tecnologias, considerando as capacidades efetivas de uso, interpretação, avaliação e apropriação crítica da informação. A presença constante das plataformas digitais no cotidiano das participantes evidencia seu potencial como instrumentos de aprendizagem, comunicação e organização social, mas também revela seus limites, especialmente no que se refere à exposição à desinformação, à restrição de repertórios informacionais e à formação de ambientes comunicacionais marcados pela fragmentação.

Além disso, a pesquisa demonstra que as práticas informacionais são profundamente marcadas por relações de confiança e por dinâmicas coletivas, nas quais familiares, amigos e grupos comunitários desempenham papel central na circulação e validação da informação. Essas práticas reforçam a dimensão relacional da comunicação pública, evidenciando que a credibilidade da informação, em muitos contextos periféricos, está associada menos à autoridade institucional e mais aos vínculos sociais e afetivos construídos no cotidiano.

Contudo, embora essas redes de sociabilidade fortaleçam mecanismos de solidariedade e apoio coletivo, elas também apresentam fragilidades importantes, especialmente no que se refere à circulação acrítica de conteúdos e à vulnerabilidade à desinformação. A lógica algorítmica das plataformas, orientada por métricas de engajamento e monetização, potencializa esse cenário ao favorecer conteúdos emocionalmente mobilizadores, independentemente de sua qualidade informativa ou relevância pública.

Nesse contexto, torna-se fundamental pensar a comunicação pública como um campo estratégico para a promoção da democracia, articulando acesso à informação, letramento crítico e justiça informacional. A democratização da comunicação não depende apenas da disponibilidade de conteúdos ou da ampliação da conectividade, mas das condições concretas que permitem aos sujeitos compreender, interpretar, questionar e utilizar criticamente as informações que circulam no ambiente digital.

Essa perspectiva encontra respaldo na discussão proposta por Nancy Fraser acerca da justiça social e da participação democrática:

A justiça exige arranjos sociais que permitam a todos os membros da sociedade participar como pares na vida social. Isso implica não apenas redistribuição de recursos econômicos, mas também reconhecimento cultural e condições institucionais que viabilizem a participação efetiva. Sem essas condições, a participação tende a ser formalmente assegurada, mas materialmente limitada. (FRASER, 2008, p. 21)

A contribuição de Fraser permite compreender que as desigualdades informacionais observadas nesta pesquisa não são apenas questões técnicas ou individuais, mas expressões de desigualdades estruturais mais amplas, relacionadas às condições sociais, econômicas e culturais que atravessam o acesso e o uso das tecnologias digitais. Assim, pensar a comunicação pública em contextos de vulnerabilidade exige reconhecer que a participação democrática depende da construção de condições efetivas de inclusão e reconhecimento.

Os achados desta pesquisa evidenciam, ainda, que o empoderamento informacional das mulheres participantes ocorre de maneira situada, coletiva e processual. Mesmo diante de limitações estruturais, as participantes desenvolvem estratégias de aprendizagem, compartilhamento de conhecimento e uso cotidiano da informação para resolução de problemas concretos, acesso a serviços e fortalecimento de redes de apoio. Essas práticas revelam que as tecnologias digitais podem constituir importantes instrumentos

de ampliação da autonomia e da participação social, desde que acompanhadas por políticas públicas orientadas à redução das desigualdades informacionais.

Dessa forma, a construção de uma comunicação pública mais democrática exige não apenas investimentos em infraestrutura tecnológica, mas também ações voltadas ao letramento midiático e informacional, à promoção da educação crítica para o uso das plataformas digitais e ao fortalecimento de políticas de inclusão capazes de enfrentar as assimetrias produzidas pela própria lógica da plataformização da comunicação.

Por fim, destaca-se que a compreensão das relações entre comunicação pública, plataformas digitais e democracia demanda abordagens analíticas sensíveis às experiências concretas dos sujeitos e às desigualdades que atravessam o ambiente digital contemporâneo. Investigações futuras podem aprofundar essa discussão a partir de diferentes contextos sociais, ampliando o escopo empírico e examinando, de maneira mais detalhada, os impactos das políticas públicas, da regulação das plataformas digitais e das transformações algorítmicas sobre os processos de participação democrática.

Em síntese, os resultados deste estudo reforçam que a democratização da comunicação, na sociedade em rede, depende não apenas do acesso às tecnologias, mas da construção de condições efetivas para que diferentes grupos sociais possam participar criticamente da circulação da informação e da produção de sentidos no espaço público. A promoção de uma comunicação pública orientada pela justiça informacional constitui, portanto, um desafio central para o fortalecimento da democracia contemporânea.

Public communication in the network society: informational inequality, digital platforms, and women's empowerment in peripheral contexts

ABSTRACT

This article analyzes the relationships between public communication, democracy, and informational empowerment based on a study conducted with women living in situations of social vulnerability in the Guaraituba neighborhood, in Colombo, Paraná, Brazil. It argues that, within platformized digital communication, public communication extends beyond institutional boundaries and is also constituted through practices mediated by social networks and algorithms. The mixed-methods research combined questionnaires administered to 100 women with a discussion group involving 16 participants. The results indicate expanded internet access, although marked by technical precariousness, economic constraints, and inequalities in informational literacy. Digital platforms are central to information access, learning, and sociability, but they also increase the risks of disinformation. The study concludes that strengthening democracy requires digital inclusion, critical literacy, and informational justice.

KEYWORDS: Public communication. Democracy. Digital platforms. Informational empowerment. Informational inequality.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. Os custos da conexão: como os dados estão colonizando a vida humana e apropriando-se dela para o capitalismo. São Paulo: Ubu, 2021.

FRASER, Nancy. Escalas de justiça: reimaginando o espaço político em um mundo globalizado. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2011.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

SAVOLAINEN, Reijo. Busca de informação na vida cotidiana: abordando a busca de informação no contexto do “modo de vida”. *Library & Information Science Research*, v. 17, n. 3, p. 259–294, 1995.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. *Revista Eptic*, v. 22, n. 1, p. 48–65, 2020.

SPINK, Mary Jane Paris. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. A sociedade de plataforma: valores públicos em um mundo conectivo. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

Recebido: 5 mai. 2026.

Aprovado: 12 mai. 2026.

DOI: 10.3895/rde.v17n28.21761

Como citar: WISTUBA, V.A.S. Comunicação pública na sociedade em rede: desigualdade informacional, plataformas digitais e empoderamento feminino em contextos periféricos. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 17, n. 28, 108-126, jan./jun. 2026. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

